Direito Processual Civil II – Turma B

Regência: Professor Doutor José Luís Ramos | 27 de julho de 2022 | 90 m.

1. **O juiz duvida se deve admitir os dois pedidos contra B. Assumindo que o Tribunal é competente para ambos os pedidos, como resolveria o problema? (2,5 valores)**

- Indicação justificada de que se trata de uma cumulação subsidiária e que estão preenchidos os seus pressupostos.

2. **Qualifique as alegações (1), (2) e (3) de B, indicando a sua admissibilidade e consequências processuais. (3,5 valores)**

- Indicação justificada que as alegações (1) e (2) são impugnações de facto, tornando os factos em causa controvertidos.

- Indicação justificada que a alegação (3) trata-se de um pedido reconvençional que devia ser expressamente identificado e deduzido separadamente na contestação.

- Enunciação dos requisitos da reconvenção, concluindo pela falta de conexão objetiva.

3. **Se fosse o juiz do processo declararia como provados ou não provados os factos: (1) celebração do contrato compra e venda; e (2) aposição de uma cláusula de resolução judicial caso não cumprimento da obrigação de entrega do relógio? (4,5 valores)**

- Identificação justificada do documento escrito como documento particular, enunciando a sua força probatória formal e material.

- Indicação de que foi impugnada a autoria do documento particular pelo réu, cabendo ao autor o ónus da prova da sua autoria.

- Do caso não resulta qualquer tentativa de demonstração da autoria do documento, na dúvida o Tribunal devia declarar o documento não genuíno. Discute-se se o documento pode ser então apreciado livremente pelo Tribunal (por ficcionar-se a falta de assinatura) ou se faz presumir a inveracidade do seu conteúdo, que pode ser ilidida pelo autor.

- Pode ser usada prova testemunhal para a prova da celebração do contrato e para prova do seu conteúdo, na medida em que se conclua que não estão provados por meio de prova com força probatória plena e não se está no âmbito de aplicação do artigo 394.º do CC.

4. **Indique justificando o que pode A fazer para proteger o relógio enquanto espera a decisão na ação que propôs? (3,5 valores)**

- Referir justificadamente a possibilidade de se recorrer ao procedimento cautelar de arrolamento, indicando seus pressupostos.

- Pode também ser indicado justificadamente que o autor podia recorrer a um procedimento cautelar inominado, indicando seus pressupostos.

5. **A sentença proferida na primeira ação vale como autoridade ou exceção de caso julgado nesta segunda ação? (3,5 valores)**

- Explicar conceito de caso julgado material e indicar justificadamente se a primeira sentença tem força de caso julgado material.
- Distinguir justificadamente exceção e autoridade de caso julgado.
- A sentença proferida na primeira ação não vale como exceção de caso julgado na segunda ação, já que não há identidade de pedidos.
- Discutir se os fundamentos da primeira decisão valem autonomamente com força de caso julgado na segunda ação.

6. Comente, fundamentadamente, a seguinte afirmação: “A habilitação é obrigatória e incontornável” (2,5 valores)

- A habilitação mortis causa é obrigatória, mas a habilitação inter vivos é facultativa.
- Porém, a habilitação não é incontornável.
- Na verdade, falecendo uma das partes, nem sempre ocorre habilitação mortis causa (por ex a extinção do direito material opera a inutilidade superveniente da lide, nos termos da alínea e) do artigo 277º CPC).
- Assim, a habilitação mortis causa é obrigatória quando a acção houver de prosseguir, nos termos do nº 1 do artigo 351º CPC.
- Relativamente à habilitação inter vivos, na pendência da acção, será possível ocorrer esta modalidade de habilitação se houver iniciativa do transmitente, do transmissário ou até da parte contrária, de acordo com o nº 2 do artigo 356 CPC.
- Uma vez que o regime jurídico aplicável consagra a teoria da relevância mitigada.